além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Porto Walter deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 03 SECRETARIA MUNIC. DE GOVERNO MUNICIPAL
UNIDADE: 01 GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
FUNCIONAL: 04.122.0001.2.003 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO
16 3.3.90.39.00.00.00 0501 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

UNIDADE: 02 DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTE
FUNCIONAL: 27.812.0003.2.081 AÇÕES VOLTADA PARA PRÁTICA ESPORTIVA
182 3.3.90.39.00.00.00 0501 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNCIONAL: 04.122.0004.2.006 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
198 3.3.90.39.00.00.00 0501 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

UNIDADE: 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNCIONAL: 08.244.0004.2.036 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
227 3.3.90.39.00.00.00 0501 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
FUNCIONAL: 20.605.0006.1.034 FESTIVAL ANUAL DO FEIJÃO DE MARECHAL THAUMATURGO
227 3.3.90.39.00.00.00 0501 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as

disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)

15.1. É eleito o Foro da Comarca de Porto Walter, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Marechal Thaumaturgo/AC., 06 de junho de 2025

VALDELIO JOSE DO NASCIMENTO FURTADO

Prefeito Municipal

Contratante

ANTONIO RICARDO DA CONCEIÇÃO LIMA

CNPJ: 27.127.423/0001-23

Contratado

TESTEMUNHAS:

PLÁCIDO DE CASTRO

LEI Nº 962/2025 DE 04 DE JUNHO DE 2025

“Altera a Lei Municipal nº 928/2024, para criar o cargo em comissão de Coordenação de Período Integral vinculado à Diretoria de Ensino da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Plácido de Castro, o senhor Camilo da Silva, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Plácido de Castro, aprovou o Projeto de Lei nº 22/2025, através do Autógrafo nº 21 de 04 de junho de 2025, no qual sanciona o seguinte:

Art. 1º – Art. 1º Fica Alterado o § 4º do art. 2º da Lei Municipal nº 928/2024 com a seguinte redação:

§ 4º Secretaria Municipal de Educação e Cultura: [...] V – Diretoria de Ensino: H) Coordenação de Período Integral;

Art. 2º – O cargo criado acima tem natureza em comissão, de livre nomeação e exoneração, observados os critérios de qualificação técnica e escolaridade mínima, bem como as disposições do art. 3º da Lei nº 928/2024.

Art. 3º – As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, conforme demonstrativo de impacto financeiro em anexo.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Plácido de Castro – Acre, 04 de junho de 2025.

Camilo da Silva

Prefeito Municipal

LEI Nº 964/2025 DE 04 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe e institui a transação tributária de débitos fiscais, regularmente inscritos em Dívida Ativa no Município de Plácido de Castro”

O Prefeito Municipal de Plácido de Castro, o senhor Camilo da Silva, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Plácido de Castro, aprovou o Projeto de Lei nº 25/2025, através do Autógrafo nº 23 de 04 de junho de 2025, no qual sanciona o seguinte:

CAPÍTULO I DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA JUDICIAL E ADMINISTRATIVA

Art. 1. Com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional (CTN), esta Lei institui no Município de Plácido de Castro a Transação Tributária, autorizando o Poder Executivo celebrar transação em matéria de créditos tributários inscritos em dívida ativa, com o objetivo de:

I – Prevenir ou extinguir litígios administrativos e judiciais, observados os critérios desta Lei;

II – Promover a facilitação da regularização fiscal dos contribuintes inadimplentes;

III – preservar o interesse público através arrecadação eficiente da receita municipal e desinchaço da litigiosidade administrativa e fiscal.

Art. 2. A transação do débito fiscal poderá ocorrer:

- I – Na esfera administrativa, a partir da inscrição em dívida ativa;
- II – Na esfera judicial, desde ajuizamento da execução ou ação pertinente até definitivo trânsito em julgado da matéria.

Art. 3. Para os efeitos desta lei, poderão celebrar transação todos os sujeitos passivos municipais que, uma vez inadimplentes, tenham débitos fiscais inscritos em Certidão Dívida Ativa lavrados pela Fazenda Pública do Município de Plácido de Castro.

I – Os efeitos desta lei abrangem todos os sujeitos passivos municipais que exerçam prestação de serviços, através de empresa ou profissional autónomo, com ou sem estabelecimento fixo, especificados no anexo I da Lei Municipal nº 295 de 2005 (Código Tributário Municipal), ou que prestaram serviços regularmente na jurisdição tributária deste município durante o fato gerador do(s) tributo(s) inadimplido(s) independente de atual inatividade nesta comarca ou baixa em inscrição cadastral.

II – Expressamente, os efeitos desta lei se aplicam às instituições financeiras autorizadas à funcionar pelo Banco Central que exercem as atividades creditórias e bancárias especificadas nos itens 95 e 96 do Anexo I da Lei Municipal nº 295 de 2005.

Art. 4. O termo de transação poderá abranger todos os consectários legais decorrentes da inscrição em dívida ativa, inclusive:

- I – Juros de mora;
- II – Multa de mora ou penalidade;
- III – Encargos legais (correção monetária);
- IV – Custas processuais e honorários advocatícios, observando-se os limites estabelecidos em lei;

desde que seja preservado o valor integral do crédito tributário original, inscrito em dívida ativa.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS DA TRANSAÇÃO

Art. 5. A transação poderá ser proposta tanto pelo sujeito passivo da obrigação tributária quanto pela Fazenda Pública Municipal, tanto em via administrativa quanto judicial, admitindo-se as seguintes disposições:

– Concessão de prazos e formas de pagamento especiais, incluído o parcelamento em até seis vezes, condicionado à entrada em valor não inferior de 30% do quantum total do débito fiscal, vedado na via judicial, em princípio perante a incidência das hipóteses privilegiadas pela ordem de preferência estabelecida no art. 7º desta Lei.

II – Concessão de descontos sobre consectários do crédito fiscal, entre os quais multas, juros de mora e encargos legais, todos limitados à 50% do valor nominal inscrito na Certidão de Dívida Ativa.

IV – É vedado desconto direto de qualquer natureza sobre o valor principal do crédito tributário.

Parágrafo único. O valor nominal do crédito tributário original não poderá ser objeto de redução, remissão ou perdão, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas por lei específica ou decreto superveniente, nos termos do art. 172 do CTN.

CAPÍTULO III

DA CLEBRAÇÃO DA TRANSAÇÃO NA VIA JUDICIAL

Art. 6. No âmbito judicial, a celebração de transação obedecerá aos seguintes requisitos:

I – Poderá ser formalizada e homologada a qualquer momento desde a propositura da execução fiscal até o trânsito em julgado;

II – Poderá ser celebrada através da iniciativa do sujeito passivo ou da fazenda pública, através de proposta subscrita por procurador com poderes de transação sobre respectivo débito fiscal, e quando deverá ser subscrita pelas próprias partes ou por legítimos representantes.

III – a Fazenda Pública será exclusivamente representada por patrono regularmente constituído na execução fiscal com poderes específicos para transigir sobre respectivo crédito fiscal, os quais deverão estar expressamente conferidos por instrumento subscrito pelo Prefeito Municipal em exercício, ou pelo Procurador-Geral do Município;

IV – A eficácia da transação judicial será obrigatoriamente condicionada à homologação judicial do termo, que através de despacho ou sentença, determinará a suspensão do processo para cumprimento do acordo (em caso de parcelamento ou modalidades delongadas), ou providências serventuárias para proceder o adimplemento (a depender da modalidade com manejo de valores controlados judicialmente), com posterior extinção do processo e arquivamento definitivo dos autos.

Art. 7. Em caso débitos fiscais em fase de cobrança judicial, a transação observará a seguinte ordem de preferência quanto aos meios adimplemento:

- I – Valores mobiliários em Depósito Judicial efetuado pelo executado à título de garantia.
- II – Valores mobiliários penhorados através de constrição à Conta Corrente do Executado.
- III – Compromisso de adimplemento de valor integral da contraprestação pactuada no termo.
- IV – Parcelamento do débito em até seis vezes, condicionado à pagamento de preambular 30% do quantum transacionado.
- V – Bem Móvel ou Imóvel Penhorado nos autos, se alinhado ao limite do débito em execução.

Art. 8. A celebração da transação importa em confissão irrevogável e irrevogável do débito pelo sujeito passivo, nos termos do art. 389 do Código de Processo Civil e art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, e acarreta imediata interrupção do prazo prescricional da cobrança.

Art. 9. O inadimplemento das condições pactuadas implicará na rescisão do acordo e no restabelecimento da integralidade da dívida originalmente exigida, com abatimento dos valores eventualmente pagos, autorizando-se o prosseguimento da execução fiscal ou da ação de cobrança pertinente.

CAPÍTULO IV

DEMAIS DISPOSIÇÕES DESTA LEI

Art. 10. Caberá à autoridade fazendária municipal, sob controle do Poder Executivo, promover subsídio técnico à regulamentação suplementar por decreto quanto ao instituto da Transação Tributária no Município.

Art. 11. Este capítulo aplica-se também à transação de débitos não tributários, no que couber, desde que inscritos em dívida ativa e passíveis de cobrança judicial.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e suas disposições aplicam-se inclusive de forma retroativa à todos os atuais débitos tributários pendentes, situados tanto fase em cobrança administrativa, quanto judicial, desde que inscritos em dívida ativa; inclusive aos débitos cuja exigibilidade esteja temporariamente suspensa seja por decisão judicial ou administrativa; e quanto aos judicializados, desde que imersos em execução carente de trânsito judicial definitivo; estendendo-se os efeitos, também, à aqueles cuja exigibilidade ainda não esteja definitivamente extinta ou prescrita, salvo, notadamente, aos débitos já adimplidos e baixados junto ao Fisco.

As disposições desta Lei aplicam-se à débitos fiscais objeto de todas as execuções fiscais atualmente em curso ajuizadas pela Municipalidade, inclusive às que eventualmente estejam suspensas por oferta de garantia, por ajuizamento de embargos ou ausência de localização de bens penhoráveis, desde que carentes de trânsito judicial definitivo.

Para as hipóteses do inciso anterior, faculta-se à ambas as partes peticionar nos autos da execução principal a juntada e homologação do termo de acordo, à qualquer tempo, requerendo conclusão dos autos para apreciação de pedido de extinção da suspensão ou desarquivamento para procedimento de homologação do acordo, que passará conter eficácia a partir da decisão homologatória, que poderá determinar todas as providências que o magistrado entender necessárias para devido cumprimento do termo.

Parágrafo único. A retroatividade de que trata este artigo fulcra-se no art. 106, inciso II, alínea “c”, do Código Tributário Nacional, por se tratar de norma expressamente mais benéfica ao contribuinte, voltada à regularização fiscal e à redução da litigiosidade, em respeito aos princípios da justiça fiscal, proporcionalidade e eficiência administrativa.

Gabinete do Prefeito de Plácido de Castro – Acre, 04 de junho de 2025.

Camilo da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA CONJUNTA nº 073/2025, de 04 de 06 de 2025

Dispõe sobre a convocação em caráter ordinário a XI Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLACIDO DE CASTRO, conjuntamente com o(a) PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a urgente necessidade de avaliação da situação atual do Sistema Único de Assistência Social – Suas, assim como a propositura de diretrizes visando ao aperfeiçoamento do Sistema, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e cumprindo inciso II do Art. 27, da Lei Municipal de nº 660, de 15 de 2019 de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º – Convocar em caráter ordinário a XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com o fim de avaliar a situação atual do Sistema Único de Assistência Social – Suas, e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento e consolidação.

Art. 2º – A XI Conferência Municipal de Assistência Social, realizar-se – á em Plácido de Casto Acre, no período dia 03 a julho de 2025.

Art. 3º – A XI Conferência Municipal de Assistência Social terá como Tema Central: “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”, abordando os seguintes eixos temáticos:

* Eixo I – Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades.

* Eixo II – Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação. Gestão Descentralizada e Valorização Profissional.

* Eixo III – Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no SUAS

* Eixo IV – Gestão Democrática, Informação e Comunicação Transparente: Fortalecendo a Participação Social no SUAS.

* Eixo V – Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.

Art. 4º – Para a organização da XI Conferência Municipal de Assistência Social, será instituída uma Comissão Organizadora coordenada pelo(a) Presidente e pelo (a) Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, com composição paritária dos(as) representantes do governo e da sociedade